

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO TLGBQIAPN+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE O TEMA

Becca da Silva Carnavale¹

João Boscô Hora Gois²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão exploratória da literatura científica sobre a efetividade e a abrangência das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro em prol da população TLGBQIAPN+. Tal revisão, que foi realizada na plataforma de dados da Scielo, teve como marco exploratório final o ano de 2022 e como marco exploratório inicial o período pós-julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, que criminalizou todas as formas de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o qual ocorreu em 2019. Os textos analisados nesta revisão reconhecem a importância das políticas públicas voltadas para a população TLGBQIAPN+. Todavia, fazem críticas à efetividade e abrangências delas. Igualmente, demonstram a importância do estabelecimento de estratégias políticas que, desde a perspectiva *queer*, confrontem as tendências de naturalização e, principalmente, homogeneização das identidades gay/ homossexual. Tal importância reside no fato de que as estratégias em questão detêm a capacidade de influir positivamente no funcionamento das políticas públicas, tornando-as mais efetivas, abrangentes e inclusivas. Esse diagnóstico ancora-se na perspectiva segundo a qual a desconsideração das particularidades e subjetividades dessa população agrava a sua situação de vulnerabilidade social e viola princípios fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988. Outrossim, tal diagnóstico defende a necessidade de implementação de políticas públicas que, a partir de um viés interseccional, considerem, desde a sua formulação, a relevância teórica e prática dos diferentes marcadores sociais, a exemplo de raça, religião e território. Por fim, os trabalhos analisados defendem a ideia de um Estado garantidor de promoção social, o qual é visto como fundamental para assegurar

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense – RJ. . ricarnavale@hotmail.com.

2 Professor titular e orientador vinculado à Universidade Federal Fluminense- RJ, jbhg@uol.com.br.

à população TLGBQIAPN+ o acesso igualitário aos serviços públicos (educação, saúde, segurança etc.), a promoção à igualdade no mercado de trabalho e o combate à discriminação em todas as suas formas.

Palavras-chave: População TLGBQIAPN+; Políticas Públicas; Políticas Sociais.

INTRODUÇÃO

O movimento TLGBQIAPN+³ tem sido um protagonista essencial na luta por igualdade de direitos e inclusão social no Brasil. Ao longo das últimas décadas, esse movimento enfrentou inúmeros obstáculos e desafios em busca do pleno reconhecimento dos direitos civis e sociais da comunidade que, ao menos parcialmente, representa.

A mobilização, organização e resistência desse movimento culminaram em importantes conquistas legais no campo jurídico e avanços nas políticas públicas de proteção social voltadas à população TLGBQIAPN+.

A partir da revisão de literatura, este trabalho visa examinar o que a comunidade acadêmica tem discutido e produzido acerca da efetividade e abrangência das políticas públicas de proteção social implementadas pelo Estado brasileiro em prol do segmento TLGBQIAPN+ e em atenção às suas demandas.

Com o crescente reconhecimento da diversidade como valor essencial em uma sociedade plural repleta de “hibridismo social”⁴ (CARDOSO, 2016), é fundamental compreender a relevância do movimento TLGBQIAPN+ e suas demandas por políticas públicas inclusivas que garantam seus direitos de cidadania⁵.

Ao examinar a discussão acadêmica sobre a efetividade das políticas públicas de proteção social voltadas para o segmento TLGBQIAPN+ no Brasil, espera-se fomentar o debate acadêmico e aprimorar o embasamento para futuras ações voltadas à efetivação dos direitos de cidadania de tal segmento.

A solução dos problemas enfrentados pela comunidade TLGBQIAPN+ implica no esforço de construção de um país mais inclusivo e diverso, pois, apesar dos avanços nessa área, a comunidade em questão ainda sofre em função do

3 sigla TLGBQIAPN+ é composta por várias identidades de gênero e orientações sexuais que se unem em busca de direitos iguais e uma sociedade mais inclusiva. No entanto, é crucial destacar que cada letra representa uma experiência única, com lutas específicas e desafios distintos. A letra “T”, que representa as pessoas trans e travestis, enfrenta, em muitos casos, uma invisibilidade que obscurece suas vivências e necessidades. Por tais motivos, neste artigo destacamos a comunidade “T” dando visibilidade às identidades trans e travestis envolvendo suas subjetividades.

4 Conceito que se refere à mistura ou intercâmbio de elementos provenientes de diferentes grupos sociais ou culturais, dando como resultado novas formas de expressão, identidade e formas de vida. Este fenômeno surge quando diferentes grupos interagem e compartilham seus valores, tradições, crenças e práticas, o que leva à criação de manifestações culturais e sociais únicas que incorporam elementos de ambas as fontes originais. O hibridismo cultural também pode ser resultado da migração e da globalização (CARDOSO, 2016).

5 Aqui vale ressaltar que o próprio conceito de cidadania precisa ser tensionado e remontado para pensarmos a possibilidade viável de existências consideradas dissidentes. Porém, preferimos não trazer essa discussão neste texto para não tergiversarmos das ideias-chave propostas.

conservadorismo, da homotransfobia⁶ e do aumento significativo do fundamentalismo religioso⁷, apenas para citar alguns exemplos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi a da revisão exploratória da literatura relativa à efetividade e à abrangência das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro em prol da população TLGBQIAPN+. Tal revisão, que foi realizada através da base de dados científicos da Scielo, teve como marco exploratório final o ano de 2022 e como marco exploratório inicial o período pós-julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, que criminalizou todas as formas de discriminação por orientação sexual e/ ou identidade de gênero, o qual ocorreu em 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. A temática nas publicações acadêmicas

Por mais que a literatura científica veja avanços no âmbito das políticas direcionadas ao segmento foco desse trabalho, nela também podem ser encontrados questionamentos sobre suas efetividades e seus desenhos. Ao mesmo tempo, embora tais políticas sejam consideradas importantes para assegurar os direitos da população TLGBQIAPN+, alguns autores, como Sampaio e Germano (2014), sugerem que elas envolvem o risco de levar à naturalização de uma identidade gay/ homossexual fundamentada na irredutibilidade da anatomia e no determinismo biológico. Desta forma, o acesso a políticas baseadas em uma identidade imutável pode não alcançar a todos os sujeitos sociais daquela população, principalmente

6 "homotransfobia" refere-se ao preconceito e à discriminação enfrentados por pessoas que são tanto homossexuais como transgênero. É importante destacar que esses dois aspectos da identidade podem se sobrepor, e indivíduos que pertencem a ambas as comunidades frequentemente enfrentam formas específicas de preconceito e estigmatização. O termo é utilizado para chamar a atenção para a interseccionalidade entre a homofobia e a transfobia, destacando como certas pessoas são alvos de discriminação e violência devido à sua orientação sexual e identidade de gênero.

7 O fundamentalismo religioso é uma abordagem rigorosa e tradicionalista em relação à interpretação das doutrinas religiosas. Isso pode levar a uma visão inflexível e dogmática sobre questões sociais e culturais, incluindo temas relacionados à sexualidade e identidade de gênero. No contexto do Brasil, o fundamentalismo religioso tem desempenhado um papel significativo na discussão em torno da pauta TLGBQIAPN+. Muitas vezes, algumas correntes religiosas, principalmente de vertentes conservadoras, se opõem a avanços legais e sociais relacionados aos direitos e à igualdade de TLGB+s.

aqueles que não estão de acordo com o modelo cisheteronormativo⁸, desassistindo-os e tornando-os abjetos, como lembram Sousa Júnior e Mendes (2021). Isto porque, ao generalizar e naturalizar a identidade gay/homossexual corre-se o risco de essencializar ou generalizar a experiência de ser TLGBQIAPN+ como um todo.

Sobre isto é necessário dizer que cada indivíduo tem uma experiência única, complexa e subjetiva em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero. Generalizar pode levar a estereótipos prejudiciais e à falta de reconhecimento das diferentes experiências e subjetividades dentro da comunidade TLGBQIAPN+. Os estudos apontam que é necessário ter cuidado ao olhar e analisar essa comunidade, para não se cair nas armadilhas da naturalização de uma identidade, pois isso pode gerar deslegitimações.

Conforme destacam Sousa Júnior e Mendes (2021), é nesse cenário e em função das armadilhas acima mencionadas que surgem os estudos queer⁹. Eles trazem elementos que colocam em discussão as noções hegemônicas¹⁰ e estáveis de identidade. Sampaio e Germano (2014), apontam que a crítica queer evidencia como os movimentos e políticas baseados na noção de identidade não conseguem abarcar a multidão queer, não atingindo assim a pluralidade e a subjetividade dos sujeitos TLGBS.

Sousa Júnior e Mendes (2021) apontam que os estudos queer compreendem a identidade de gênero como social e culturalmente constituída, historicamente variável e perpassada por elementos políticos e não por variáveis biológicas. Além disso, esses mesmos autores destacam que os estudos queer sugerem a adoção de “políticas de multidão queer”, que para serem acessadas não dependam da orientação sexual nem da identidade de gênero dos sujeitos, ou seja, as políticas

8 De acordo com Mattos e Cidade (2016, p. 134), a cisheteronormatividade é uma perspectiva “que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadoras designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas”.

9 Os estudos queer são uma vertente da teoria crítica que busca desconstruir e problematizar as noções fixas de identidade de gênero e sexualidade, questionando as normas sociais e culturais que moldam as concepções dominantes sobre o que é considerado “normal” ou “aceitável” em termos de orientação sexual e identidade de gênero.

10 As noções hegemônicas sobre identidade de gênero tendem a seguir estereótipos tradicionais, onde as pessoas são categorizadas em dois gêneros distintos, masculino e feminino, com características e papéis socialmente atribuídos a cada um. Isso pode resultar em uma perspectiva limitada e restrita sobre as identidades de gênero, experimentando experiências e expressões de gênero que não se sentiram nessas interpretações. Elas podem levar à exclusão de pessoas transgênero, gênero não-conforme e não-binárias, já que essas identidades são frequentemente marginalizadas e deslegitimadas dentro desses padrões sociais dominantes.

de multidão queer são estratégias e ações voltadas para promover a inclusão, a igualdade e a representatividade de pessoas TLGBQAPN+ em diversas esferas da sociedade. O objetivo é criar espaços acessíveis e inclusivos para todos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero e/ou expressão de gênero.

Outros estudos também buscam discurrir sobre políticas públicas voltadas ao segmento TLGBQIAPN+, analisando o seu processo de elaboração e implementação. A partir da análise dos artigos examinados para esse trabalho, foi possível identificar que a discussão acerca das políticas públicas TLGBQIAPN+ ganhou força nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2012.

Sousa Júnior e Mendes (2021) e Mello et al. (2012) reconhecem a importância das políticas públicas voltadas ao segmento TLGBQIAPN+, embora comentem negativamente aspectos da sua efetividade e abrangência. Eles o fazem tal como os pensadores da teoria queer, teoria esta que possibilita um confronto que desvela as contradições e as relações de poder que circundam a população TLGBQIAPN+, tanto internamente quanto externamente, levando em consideração os traços patriarcais, hegemônicos e escravagistas presentes na sociedade brasileira (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021). Estabelecer estratégias políticas com o objetivo de evitar cair nas armadilhas da naturalização da identidade gay/homossexual pode influir positivamente no funcionamento das políticas públicas de forma mais efetiva e abrangente.

2. A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO TLGBQIAPN+ NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As políticas sociais são instrumentos essenciais para a promoção da igualdade em uma sociedade marcada por inúmeras iniquidades. Tais políticas podem ser definidas como um conjunto de decisões, estratégias, instrumentos e ações (programas e projetos) que se orientam para o cumprimento de determinadas metas nos setores de, por exemplo, educação, saúde, habitação, e seguridade social. (FLEURY, 2017).

É evidente que ao longo de décadas muitas delas, notadamente aquelas implementadas no pós- 88 negligenciaram as demandas da população TLGBQIAPN+. Sobre isso, é crucial dizer que, mesmo quando bem-intencionadas, elas terminavam por contribuir para a perpetuação da marginalização da comunidade TLGBQIAPN+ ao desconsiderarem a sua diversidade e as diferentes subjetividades nela presentes.

Após anos de regime autoritário no Brasil, o processo de redemocratização (que teve como um dos seus ápices a promulgação de uma nova Constituição Federal) impulsionou um avanço significativo na promoção dos direitos individuais e sociais (CARVALHO, 1998). O princípio da igualdade ganhou destaque, objetivando diminuir as disparidades sociais existentes. Entretanto, ao buscar oportunidades e tratamentos iguais, muitas vezes as políticas públicas adotaram uma abordagem genérica, ignorando as especificidades das minorias, incluindo a população TLGBQIAPN+. A negligência do Estado brasileiro em relação às demandas dessa população nas políticas públicas pode ser compreendida como um resultado da busca por uma igualdade padronizada, mas também por outras questões que ocupavam a agenda política do momento, como a epidemia de HIV. Os sistemas de saúde e educação muitas vezes não consideram as necessidades particulares desses grupos, o que inclui desde o acesso a serviços de saúde adequados até a implementação de programas educacionais inclusivos e respeitosos à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero.

Diante disso, ao negligenciar as demandas da população TLGBQIAPN+, as políticas públicas de proteção social falham em reconhecer a rica tapeçaria de identidades que compõem essa comunidade. A diversidade nas experiências, culturas e desafios enfrentados pelas pessoas TLGBQIAPN+ é frequentemente obscurecida quando a igualdade é perseguida de forma uniforme. Essa descon sideração compromete a verdadeira inclusão e reforça estereótipos que lhes são prejudiciais.

Apesar dos avanços e da amplitude que assumiu no período pós 88, o sistema de proteção social no Brasil ainda é marcado por políticas com baixa coordenação entre elas, grandes desafios em termos de abrangência (universalidade e integralidade) e qualidade dos bens e serviços oferecidos (CASTRO, 2012). De acordo com Pereira (20028), os direitos com quais as políticas públicas se identificam e devotam-se a concretizar são os direitos sociais por terem como perspectiva a equidade e a justiça social .

A questão dos direitos TLGBQIAPN+ no Brasil tem sido, como assinalamos acima, objeto de intensos debates, lutas e avanços nas últimas décadas. A luta por igualdade de direitos e pelo fim da discriminação tem sido uma das principais bandeiras de movimentos sociais e ativistas engajados na promoção dos direitos humanos e sociais desse segmento.

Fleury (2010) tem contribuído para a reflexão e compreensão das políticas sociais no Brasil, incluindo as relacionadas à população TLGBQIAPN+. Ela destaca a importância de políticas públicas inclusivas, que reconheçam as diferenças e

busquem garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

No Brasil, historicamente, a comunidade TLGBQIAPN+ enfrentou e ainda enfrenta inúmeros desafios, sendo alvo de discriminação, violência política e de gênero, preconceito, assassinatos, além de ser afetada, com a falta de representatividade no meio político. A ausência de políticas públicas de proteção social efetivas, que considerem as particularidades dessa população, a partir de um viés interseccional¹¹ agrava a situação de vulnerabilidade social de gays, lésbicas, transexuais etc. e viola os princípios fundamentais dos direitos humanos elencados na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, a atuação do Estado enquanto garantidor de promoção e proteção social é fundamental para garantir o acesso igualitário aos serviços públicos, como educação, saúde e segurança, bem como para a promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e o combate à discriminação em todas as suas formas. Além disso, é essencial que as políticas sociais dirigidas à população TLGBQIAPN+ sejam construídas de forma participativa, com a colaboração dos próprios membros da comunidade, a fim de que suas demandas e necessidades específicas sejam adequadamente contempladas a partir de escuta técnica e qualificada. Essa abordagem, defendida por Fleury (2010), é fundamental para evitar a reprodução de estereótipos e preconceitos no desenho e implementação das políticas públicas.

Diversos avanços já foram alcançados pela comunidade TLGBQIAPN+, como a criminalização da homotransfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 e a garantia do direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 2013. No entanto, ainda há muito a ser feito, especialmente no que diz respeito à efetiva implementação de políticas sociais que promovam a inclusão e o respeito à diversidade em diferentes áreas sociais, como emprego e renda.

No contexto brasileiro, a naturalização da identidade gay, assim como de outras identidades TLGBQIAPN+, pode ser um desafio devido a diversos fatores históricos, culturais e políticos. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 157). Alguns dos entraves assinalados nos artigos por nós analisados para compor o presente estudo e que dificultam o processo de gestão e implementação de políticas públicas para a população TLGBQIAPN+ no Brasil incluem:

11 A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins et. Al; 2021).

1. **Conservadorismo e Discriminação Social:** O Brasil é um país com profundas raízes conservadoras, e há uma prevalência significativa de discriminação social e preconceito contra indivíduos TLGBQIAPN+. Essas atitudes discriminatórias contribuem para a naturalização de padrões heteronormativos e cisnormativos, o que dificulta a aceitação e a valorização de identidades não conformes aos padrões de gênero constituídos a partir do determinismo biológico.
2. **Invisibilidade e Silenciamento:** Muitas vezes, as identidades TLGBQIAPN+ são invisibilizadas na sociedade brasileira, sendo pouco representadas em espaços públicos, meios de comunicação, no currículo escolar e, principalmente, no campo legislativo. Essa invisibilidade contribui para a naturalização das normas hegemônicas, tornando as identidades não heterossexuais e não cisgêneras menos visíveis e legitimadas.
3. **Lacunas Legais:** Apesar de alguns avanços legais em relação aos direitos da população TLGBQIAPN+ no Brasil, ainda existem lacunas e ambiguidades na legislação, o que torna difícil a garantia efetiva de direitos para população. Além disso, há resistência e falta de vontade política para aprovar leis que protejam integralmente os direitos de cidadania dessa população.
4. **Violência e Criminalização:** A violência contra a população TLGBQIAPN+ é uma realidade no Brasil, com altas taxas de crimes de ódio, agressões físicas e psicológicas (ANTRA, 2022). A falta de políticas efetivas para combater a discriminação e a impunidade nesses casos reforça a naturalização da violência e perpetua o ciclo de discriminação. Segundo os dados coletados pela ANTRA no ano de 2022, o Brasil segue liderando o ranking dos países que mais matam corpos TLGBQIAPN+ no mundo pelo 14º ano consecutivo (ANTRA, 2022; BENEVIDES, 2022).
5. **Falta de Educação Inclusiva:** A educação inclusiva é essencial para desconstruir preconceitos e promover a aceitação das diversidades. A ausência de uma educação inclusiva que aborde questões de gênero e sexualidade de forma respeitosa e informada contribui para a perpetuação de estereótipos e a naturalização de identidades hegemônicas.
6. **Aumento de Discursos de Ódio e Intolerância:** Em alguns momentos, a política brasileira tem sido marcada por discursos de ódio e intolerância, inclusive por parte de autoridades e representantes públicos. Esses discursos contribuem para a criação de um ambiente hostil para a população TLGBQIAPN+ e dificultam o avanço de políticas públicas inclusivas

que combatam de forma efetiva e abrangente toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.

Esses, segundo os artigos analisados a partir dos descritores pré- estabelecidos, são apenas alguns dos entraves que têm dificultado a luta por políticas públicas mais efetivas e abrangentes para a população TLGBQIAPN+ e suas subjetividades. É importante destacar que a superação desses desafios requer um esforço coletivo da sociedade, incluindo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ações governamentais comprometidas com a promoção dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e da igualdade social para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Para avançarmos no campo das políticas sociais dirigidas à população TLGBQIAPN+, é necessário que o Estado brasileiro se comprometa de forma contínua e consistente com a promoção dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade plural e inclusiva. A luta pela igualdade de direitos para a comunidade TLGBQIAPN+ é, portanto, uma luta de toda a sociedade, que deve ser pautada no respeito à dignidade humana e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Behring (2015) destaca a relevância de medidas afirmativas para assegurar a igualdade de direitos à população TLGBQIAPN+. Essas medidas envolvem ações voltadas para a criação de programas de apoio psicossocial, acesso à saúde, inserção no mercado de trabalho, combate à violência e discriminação, além da promoção da educação para a diversidade.

Behring (2015) também destaca a importância da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nesse processo de construção de políticas sociais inclusivas. Através da mobilização e do ativismo, a população TLGBQIAPN+ pode pressionar o Estado a implementar políticas que efetivamente garantam seus direitos e promovam a igualdade. Ainda segundo ela,

“(...) é necessário superar uma visão universalista e homogeneizadora da política social, garantindo medidas afirmativas para grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso da população LGBT.”
(BEHRING, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais pontos destacados por Sousa Júnior e Mendes (2021) e Mello (2012) como entraves para as políticas públicas direcionadas para a população TLGBQIAPN+ até hoje são a falta de arcabouço jurídico, especificamente a falta de leis que resguardem os direitos dessa população; falhas na interlocução entre

Estado e sociedade civil; falta de previsão orçamentária para os planos e programas; e falta de representação política do segmento TLGBQIAPN+. O embasamento dessas políticas a partir da percepção da existência de uma identidade de gênero e orientação estável também pode gerar novas segregações e deslegitimações.

A adoção de políticas de multidões queer pode sinalizar uma forma de anunciar políticas de maior alcance, ainda que os estudos baseados nessa perspectiva deixem espaço para questionamentos sobre como de fato tais políticas podem ser operacionalizadas.

Portanto, a construção de políticas sociais para a população TLGBQIAPN+ no Brasil requer um olhar crítico sobre a história discriminatória do país, bem como o enfrentamento dos desafios contemporâneos. As perspectivas de Fleury (2010) e Behring (2015) evidenciam a necessidade de políticas inclusivas e a importância do envolvimento da sociedade civil. A superação do preconceito e a promoção da igualdade demandam esforços conjuntos para a efetivação de políticas públicas que respeitem a diversidade e garantam os direitos fundamentais dessa população.

Este trabalho foi baseado na discussão de alguns artigos levantados que tratam da questão das estratégias de proteção social para a população TLGBQIAPN+. A exploração de outras perspectivas acerca dos desdobramentos do processo político no que se refere à comunidade LGBT se torna interessante, para tornar possível a proposta de escuta desses atores a fim de fornecer informações importantes para melhor entendimento da assistência LGBT no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e Política Social: a perspectiva do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2015. BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/behring-e-r-fundamentos-de-politica-social.pdf>

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê. assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022/Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) –Brasília, DF: Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 jul 2023

BRASIL. [Constituição (1998)].Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 54. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. Campi-
nas: Economia e sociedade. V. 21 n. 21- Dez 2012.

Duarte, M. J. de O. (2014). DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREI-
TOS HUMANOS: SAÚDE E CIDADANIA LGBT EM CENA. *Temporalis*, 14(27), 77-98.
<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p77-98>

FLEURY, Sônia. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Desafios para as Políti-
cas Públicas. Editora Fiocruz, 2010.

Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para população LGBT no
Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Crítica marxista da teoria e da prática da
política social capitalista: peculiaridades da experiência brasileira. Tese (Douto-
rado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,
1987.

SOUSA, Júnior, C. A. A. de, & Mendes, D. C. (2021). Políticas públicas para a popula-
ção LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(Especial),
642-655. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>.